INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Av. Queiroz Filho, 1700 – 6° andar - 608
Sunny Tower – Torre D
05319-000 - São Paulo – SP – Brasil
Tel: (11) 3862-1844
sgs@sgsauditores.com.br
www.sgsauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores do

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Corumbá - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

SGS Auditores Independentes
CRC 2 SP 020.277/O-5

Silvio de Jesus
CRC 1 SP 141.676/O-7

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais R$

ATIVO	Nota explicativa	**2019**	**2018**
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		24	45
Bancos – sem restrição		30	50
Reserva operacional – sem restrição	4	55.098	34.927
Reserva de projetos – com restrição	5	144.578	300.083
Fundo de custeio – sem restrição	6	-	172
Fundo de sustentabilidade – com restrição	7	297.278	5.431
Créditos a receber	8	9.027	12.463
Total do circulante		**506.035**	**353.171**
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	876.746	478.555
Intangível	10	28.077	59.990
Total do não circulante		**904.823**	**538.545**
TOTAL DO ATIVO		**1.410.858**	**891.716**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais R$

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores de bens e serviços		32.437	31.649
Obrigações com empregados	11	29.054	40.767
Arrendamentos	15	30.000	-
Encargos sociais	12	15.388	17.622
Obrigações tributárias	13	4.682	3.315
Outras obrigações	14	66.443	16.851
Recursos de projetos em execução	16	144.512	300.083
Total do passivo circulante		**322.516**	**410.287**
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos	15	390.000	-
Total do passivo não circulante		**390.000**	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		698.342	481.429
Total do patrimônio líquido		**698.342**	**481.429**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.410.858**	**891.716**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais R$

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com restrição			
Convênios Governamentais	18	66.759	186.846
Patrocínio não governamental	18	279.659	218.977
Trabalho voluntário	21	165.200	89.298
		511.617	**495.121**
Sem restrição			
Serviços prestados		254.115	275.261
Termo de parceria – Instituto Acaia	18	342.780	246.073
Doações de pessoas jurídicas		446.632	152.804
Doações de pessoas físicas		484.611	488.964
Receitas financeiras		5.219	32.063
Outras receitas	19	475.250	17.351
		2.008.607	**1.212.516**
Outras receitas operacionais – sem restrição		**998**	**-**
Doações de imobilizado			
Outras receitas		998	**-**
Total de receitas		**2.521.222**	**1.707.637**
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Com programas de meio ambiente			
Custos e despesas operacionais		(1.764.691)	(1.302.613)
Trabalho voluntário	21	(165.200)	(89.298)
		(1.929.891	**(1.391.911)**
Resultado bruto		**591.331**	**315.726**
Despesas Operacionais e administrativas		(382.284)	(319.712)
Superávit (déficit) do período		**209.047**	**(3.986)**
Ajustes patrimoniais		7.866	-
Resultado abrangente		**216.913**	**(3.986)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais R$

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Superávit (Déficit)	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**485.415**	**-**	**-**	**485.415**
Déficit do período	-	-	(3.986)	(3.986)
Transferência do déficit	(3.986)	-	3.986	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**481.429**	**-**	**-**	**481.429**
Ajustes patrimoniais		-	7.866	7.866
Superávit do período		-	209.047	209.047
Transferência do superávit	216.913	-	(216.913)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**698.342**	**-**	**-**	**698.342**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO

Demonstrações do Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Em Reais – R$

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	209.047	(3.986)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	79.056	75.727
Ajustes patrimoniais	7.866	-
Redução (aumento) do ativo		
Créditos a receber	3.436	13.517
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores de bens e serviços	788	3.698
Obrigações com empregados	(11.713)	18.925
Encargos sociais	(2.234)	8.660
Obrigações tributárias	1.367	2.435
Outras obrigações	49.592	(11.758)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	**337.205**	**107.218**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento do ativo imobilizado e intangível	(445.334)	(149.930)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**(445.334)**	**(149.930)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento (redução) de recursos de projetos a executar	(155.570)	114.623
Aumento (redução) de arrendamentos	420.000	
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**264.430**	**114.623**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**156.301**	**71.911**
Caixa e equivalentes no início do período	340.707	268.796
Caixa e equivalentes no fim do período	497.009	340.707
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**156.301**	**71.911**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Homem Pantaneiro é uma entidade civil de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro na cidade de Corumbá / MS, tem prazo de duração indeterminado e abrangência nacional.

O Instituto tem por finalidade:

a) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionadas com educação, monitoramento, controle, pesquisa, preservação e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade segurança ambiental;

b) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver, participar e executar programas, planos, projetos, atividades, organização e operacionalização e eventos relacionados com a educação, pesquisa, formação, treinamento e capacitação e recursos humanos na área ambiental;

c) Promover, apoiar, divulgar, coordenar, desenvolver e executar estudos, consultoria ambiental, avaliação, relatórios e impacto ambiental;

d) Prestar serviços e consultorias a instituições governamentais e não governamentais empresas públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas, nas áreas de educação, formação, treinamento capacitação, qualificação profissional, planejamento, execução de todas as atividades, organização e operacionalização de eventos relacionados com o meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e especificamente a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. RESERVA OPERACIONAL – SEM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Fundos de aplicações financeiras	55.098	34.927
Total	**55.098**	**34.927**

5. RESERVA DE PROJETOS – COM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Fundos de aplicações financeiras – Banco do Brasil (Pronac)	120.000	-
Fundos de aplicações financeiras – Banco do Brasil	24.512	300.083
Outras aplicações	66	-
Total	**144.578**	**300.083**

6. FUNDO DE CUSTEIO – SEM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Fundos de aplicações financeiras	-	172
Total	**-**	**172**

7. FUNDO DE SUSTENTABILIDADE – COM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Aplicação Itaú - 29512-3 (Premium DI)	297.278	-
Fundos de aplicações financeiras	-	5.431
Total	**297.278**	**5.431**

8. CRÉDITOS A RECEBER

	2019	2018
Adiantamentos de honorários	-	3.865
Adiantamentos a fornecedores	8.350	4.610
Adiantamento de salários	551	597
Créditos e receber	-	14.560
Provisão de perdas sobre créditos	-	(11.295)
Impostos e contribuições a recuperar	126	126
Total	**9.027**	**12.463**

9. IMOBILIZADO

		2019			2018
	Taxa Anual Depr.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10%	23.521	(10.776)	12.745	10.380
Terminais telefônicos	20%	4.443	(1.129)	3.314	52
Máquinas e equipamentos	15%	187.891	(50.361)	137.530	138.736
Equipamentos de informática	20%	6.446	(6.446)	-	-
Terrenos	-	15.000		15.000	15.000
Embarcações	10%	200.989	(72.021)	128.968	149.067
Imóveis	4%	183.252	(26.266)	156.986	162.483
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	10%	4.973	(2.770)	2.203	2.701
Equipamentos de informática	20%	6.091	(6.091)	-	136
Imóveis - Arrendamento		420.000		420.000	
Total		**1.052.606**	**(175.860)**	**876.746**	**478.555**

Movimentação do Imobilizado

	2018	2019			
	Líquido	**Adições/ Compras**	**Baixas**	**Depreciação**	**Líquido**
Sem restrição					
Móveis e utensílios	10.380	4.541		(2.176)	12.745
Terminais telefônicos	52	4.058		(795)	3.314
Máquinas e equipamentos	138.736	16.736		(17.941)	137.531
Equipamentos de informática	-				
Terrenos	15.000				15.000
Embarcações	149.067			(20.099)	128.968
Imóveis	162.483			(5.498)	156.986
Com restrição					
Máquinas e equipamentos	2.701			(497)	2.203
Equipamentos de informática	136			(136)	
Imóveis - Arrendamento		420.000			420.000
Total	**478.555**	**445.334**	**-**	**(47.143)**	**876.746**

10. INTANGÍVEL

		2019			2018
	Taxa Anual Amort.	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Software Geo monitoramento	20%	75.400	(47.323)	28.077	59.956
Software - computadores	20%	267	(267)	-	34
Total		**75.667**	**(47.590)**	**28.077**	**59.990**

11. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2019	**2018**
Salários a pagar	8.851	20.065
Provisão para férias	20.203	20.702
Total	**29.054**	**40.767**

12. ENCARGOS SOCIAIS

	2019	2018
INSS a recolher	6.705	8.297
FGTS a recolher	1.566	1.510
PIS sobre folha de pagamento	195	519
Contribuição sindical	154	154
Provisão para encargos sociais sobre férias	6.768	7.142
Total	**15.388**	**17.622**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
IRRF a recolher – PF	1.786	2.032
IRRF a recolher – PJ	497	78
ISS a recolher	839	944
Outras obrigações	1.560	261
Total	**4.682**	**3.315**

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2019	2018
Adiantamentos de clientes	61.386	15.992
Despesas a ressarcir	324	324
Luz a pagar	1.153	491
Água a pagar	-	44
Telefone a pagar	3.580	-
Total	**66.443**	**16.851**

15. ARRENDAMENTOS

Modalidade	Encargos Financeiros	Circulante		Não Circulante	
		2019	2018	2019	2018
Arrendamento de imóveis	IGPM aa	30.000	-	390.000	-
Total		**30.000**	**-**	**390.000**	**-**

Corresponde à arrendamento dos imóveis: Fazenda Acurizal, Fazenda Penha e Fazenda Rumo Oeste, de propriedade da ECOTRÓPICA – Fundação de Apoio a Vida nos Trópicos. O prazo determinado no instrumento de contrato de arrendamento é de até 22 de novembro de 2033.

16. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Recursos de aplicações restritas

Modalidade e Órgão	**Responsabilidades Decorrentes**	**2019 R$**	**2018 R$**
Vale S.A.	Referente à parcela única de repasse vinculado ao projeto Cabeceiras do Pantanal. O projeto quer colaborar com a produção de informação ambiental qualificada a respeito do Pantanal, em particular das nascentes e APPs da região do planalto da Bacia do Alto Paraguai (BAP). Busca-se criar ou fortalecer mecanismos capazes de converter as avaliações científicas e socioeconômicas em informações de qualidade para o planejamento e definição de políticas ambientais.	24.512	300.000
FUNLES	Se o projeto não se concretizar, o IHP restituirá o recurso ao patrocinador.		83
PRONAC 191717 - MEMORIAL DO HOMEM PANTANEIRO	Elaboração e implantação do Memorial do Homem Pantaneiro	120.000	
Total		**144.512**	**300.083**

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração da Entidade, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas. Há três tipos principais de estimativas:

(a) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
(b) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
(c) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Entidade não possui processos trabalhistas, Cíveis e Tributários envolvendo riscos de eventuais perdas, portanto, não foi necessário constituir provisão para contingências.

18. PATROCÍNIOS E CONVÊNIOS - Receitas

Convênios Governamentais – com restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	2019 R$	2018 R$
FUNLES - Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Lesados (FUNLES), gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).	GEOPANTANAL: Ferramenta Tecnológica para Conservação.	-Executar o Plano de Trabalho; -Aplicar o recurso recebido para execução do projeto; -Manter a escrituração Contábil atualizada; -Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas; -Observar as disposições do Decreto Estadual 14.494; -Possibilitar a fiscalização e supervisão pela Concedente; -Devolver os saldos remanescentes; -Prestar Contas dos recursos recebidos.	66.759	186.846
Total			**66.759**	**186.846**

Termo de Parceria – Instituto Acaia – Sem Restrição

Entidade	Projeto / objeto da parceria	2019 R$	2018 R$
Instituto Acaia	Termo de parceria para ações de fiscalização e monitoramento nas áreas abrangidas pela RPCSA.	229.800	221.490
Instituto Acaia	Termo de parceria para pagamento da manutenção do sistema de comunicação nas áreas abrangidas pela RPCSA.	24.190	24.583
Instituto Acaia	Termo de parceria para desenvolvimento do Projeto Alto Pantanal.	53.790	-
Instituto Acaia	Repasse para pagamento do contrato de arrendamento das áreas da ECOTRÓPICA.	35.000	-
Total		**342.780**	**246.073**

Patrocínio não governamental – Com Restrição

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades decorrentes	2019 R$	2018 R$
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: monitoramento ambiental como ferramenta para conservação.	Monitoramento Ambiental Serra do Amolar no Pantanal/MS.	-	158.977
Fundação Boticário de Proteção a Natureza	14º Curso Estratégia de Conservação e Proteção da Natureza	Curso de Extensão a oficiais das Polícias Militares Ambientais do Brasil. Estratégias de Conservação e Proteção da Natureza 2016 se desenvolvido em duas etapas: 1- Não presencial- EaD- Serão cindo Módulos com carga horária de 20h cada no ambiente virtual de ensino (Moodle) e, etapa - 2 presencial realizada na Serra do Amolar no Pantanal/MS..	-	60.000
Vale SA	Monitoramento Ambiental de Rios	Realizar o diagnóstico ecológico-ambiental das nascentes e APPs da região, identificando estado de conservação, as atividades econômicas e uso do solo das nascentes da Bacia do Alto Paraguai e dos seus principais cursos hídricos	279.659	-
Total			**279.659**	**218.977**

19. OUTRAS RECEITAS

	2019	2018
Receitas de TCRAE	475.250	-
Outras receitas	-	17.351
Total	**475.250**	**17.351**

TCRAE – Títulos de Cotas de Reserva Legal Ambiental:

A Resolução SEMAGRO 673 de 14 de março de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 de março de 2019, traz os regramentos para fazer a compensação de reserva legal em Mato Grosso do Sul. A Resolução altera o texto de outra normativa, publicada em 2014, que implanta e disciplina procedimentos relativos ao Cadastro Ambiental Rural e sobre o Programa MS mais Sustentável.

Como forma de buscar sustentabilidade, o IHP iniciou os procedimentos legais cabíveis para cumprir os requisitos e utilizar recursos destinados pelo sistema de negociação de cotas de reserva - TCRAE. Os processos estão em andamento e deverão ser concluídos em 2020.

20. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. O Instituto Homem Pantaneiro possui duas fontes de receitas: doações e serviços prestados, sendo que as receitas auferidas dos serviços prestados, são utilizadas para custear a conservação do meio ambiente, recursos naturais, qualidade e segurança ambiental, bem como em todas as áreas de execução de suas finalidades e atividades relacionadas.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução 1.409 – ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade - item 19, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. De acordo com o Apêndice “A” desta Resolução, o trabalho voluntário deve ser tratado em receitas e despesas no mesmo valor e não afetando o resultado final de superávit e ou déficit.
Portanto, não houve pagamentos aos voluntários, pois são serviços não remunerados conforme Lei do Serviço Voluntário.

22. ISENÇÕES USUFRUÍDAS E RENÚNCIA FISCAL

	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	58.876	-
Contribuição Social sobre Lucros	19.035	-
ISS	29.177	19.809
PIS sobre receitas	16.349	11.099
COFINS sobre receitas	75.456	51.229
Total	**198.893**	**82.137**

23. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade não possui seguro predial, uma vez que a edificação que se encontra a sede administrativa da Instituição, é tombado pelo Patrimônio Histórico e as corretoras de seguros não realizam seguros em prédio com essa característica.

24. DIREITOS AQUISITIVOS DE PROPRIEDADES

Os imóveis rurais denominados Fazenda Morrinhos e Fazenda Novos Dourados, localizados no município de Corumbá – MS, onde existe a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Elieser Batista, foram adquiridos pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP, da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., por meio do Instrumento de Promessa de Compra e Venda, datado de 11.08.2014, aditado em 16.04.2015 (Fazenda Novos Dourados) e do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos, datado de 11.08.2014 (Fazenda Morrinhos), pelos valores de R$ 2.089.418,90 e R$ 310.581,11, que ainda não foram pagos pelo vendedor ao adquirente, em razão da existência de condições estabelecidas nos instrumentos, que ainda não foram superadas.

As partes firmaram também um Contrato de Arrendamento, datado de 11.08.2014. O preço acordado pelo arrendamento, R$ 600.000,00, foi pago por meio de compensação de créditos em aberto a favor do Instituto, originários do Termo de Parceria e Gestão, Manutenção e Execução de Programas de Conservação, celebrado em 01.01.2010 e aditado em 02.02.2011.

O Instituto Homem Pantaneiro cedeu 95% dos direitos que detinha sobre os imóveis acima mencionados, para um grupo de pessoas físicas, o que foi feito por meio do Instrumento Particular de Promessa de Cessão de Direitos Aquisitivos, datado de 10.12.2012, pelo preço de R$ 368.815,07 (Faz. Morrinhos) e R$ 2.481.184,93 (Faz. Novos Dourados), com o intuito de conciliar esforços para continuidade das atividades de preservação ambiental, projetos científicos e de educação ambiental desenvolvidos nos imóveis.

Não havendo mais interesse na parceria estabelecida entre o Instituto e o grupo de pessoas físicas, e no intuito de contribuir para a causa da preservação da Serra do Amolar, o pagamento de R$ 350.000,00, recebido inicialmente pelo Instituto a título de sinal, pela celebração do instrumento de cessão acima mencionado, não foi devolvido. Referido valor foi recebido pelo Instituto em caráter de doação.